

A modernização urbana de Santa Bárbara D'Oeste na primeira república: o papel da administração municipal

ALMEIDA, Osana.

Doutoranda em História pela Unesp/Franca. Franca/SP/Brasil.

Resumo:

Este trabalho pretende analisar o processo de modernização urbana de Santa Bárbara d'Oeste durante os últimos anos do século XIX e os primeiros do XX, a partir de uma perspectiva centrada na administração municipal de José Gabriel. Político destacado, participou direta e ativamente da transformação urbana da cidade idealizando projetos modernizadores que procuravam desenvolver uma sociedade "civilizada, livre da "barbárie".

Palavras-chave: Urbanização, moderno, arcaico, poder local.

Abstract:

This present work intends analyzing the urban modernization process in Santa Bárbara d'Oeste during the last years of the XIX century and the first ones of the XX century, starting from a centered perspective in the city administration of José Gabriel. Great politician, took part direct and actively of the transformation of the urban city idealizing modernizing projects to develop a "civilized" society, free of "barbarie".

KEY WORDS; Urbanization, modern, archaic, local power.

As cidades do dezenove, as que são frutos de uma nova era que se construiu sob o signo da *moda-cadáver* (Bolle, 1994), uma era obcecada pelo novo, um novo sempre desvalorizado por um novo *novo* que é deferido pelo simples fato de ser novo, transformaram-se em um depósito de acessórios que tinha como tarefa essencial acolher os ícones destinados a representar esse seu tempo gerador denominado modernidade.

No Brasil, a expansão da economia cafeeira e a instalação do Regime Republicano, experiências deste *novo tempo*, foram os componentes essenciais da fórmula que provocou as diversas mudanças que atingiram a concepção de ocupação e de organização/reorganização das cidades brasileiras.

Desde os tempos do Império a França teve lugar privilegiado junto às

elites brasileiras nos campos da cultura, da política e da técnica, e o modelo francês de modernidade sempre esteve presente no Brasil, ao longo do século XIX até as primeiras décadas do XX. O alcance dessa relação entre os dois países chegou, sem dúvida, até as formas de tratamento dos problemas urbanos (Ribeiro, 1996).

Dentro de um projeto republicano que ansiava forjar um Estado-Nação moderno no Brasil, eficaz em todas as suas múltiplas atribuições diante do mundo dito civilizado, os primeiros administradores republicanos brasileiros consideraram necessário que um contraste com a administração anterior se estabelecesse, e que os ideais de progresso e modernidade os identificassem.

Muitos discursos foram usados ao perseguirem esse objetivo, e o discurso republicano manifestou-se, também, através da linguagem urbanística. Dessa forma, seus projetos de renovação do espaço urbano procuraram, a partir de então, conferir à cidade uma imagem que rejeitasse lembranças de um passado imperial recente (Reis Filho, 1994).

A cidade do Rio de Janeiro, capital do país e *locus* principal do projeto político republicano, representa um exemplo significativo desta dinâmica. A cidade carioca tinha que ser capaz de representar eficientemente, para o mundo exterior, a nova nação que emergia. Para cumprir tal tarefa ela passou por uma compulsória reforma em sua estrutura físico-espacial.

Uma *suite carioca* emergiu das ruínas da 'velha' cidade que foi posta abaixo e se transformou então num palco ilusionista montado para representar os tempos modernos com todos os seus aparatos.

O Rio "civilizou-se" tendo como paradigma o mundo europeu. Sua reforma urbana, uma releitura das reformas urbanas de Paris, promovidas pelo barão Haussmann (Ver: Sevchenko, 1985, Carvalho, 1987, Needell, 1993), durante a segunda metade do século XIX, colaborou para o ritual de aceitação de um país que procurava inserir-se na economia de comércio internacional.

Esse processo de remodelamento urbano que alcançou o Rio de Janeiro e outros grandes centros urbanos transportou-se para o interior paulista e realizou-se exibindo uma releitura própria.

Os estudos sobre Bento de Abreu, em Araraquara (Vargas, 2000), e sobre Washington Luís, em Batatais (Pereira, 1999), são exemplos de trabalhos que discutem as possibilidades de surgimento de experiências urbanísticas num interior paulista onde a economia cafeeira pululava de um local a outro.

A intenção deste trabalho é analisar alguns aspectos da modernização urbanística de Santa Bárbara, uma cidade localizada também no interior de São Paulo, de 1892 a 1918. Tal período se justifica pela notada mudança no espaço físico e estrutural da cidade, marcada pela contribuição da administração pública.



Figura 1-Praça Rio Branco, (1925?) com seus canteiros geométricos, respeitando as condições de possibilidades, é um jardim tipicamente haussmanniano. Fonte: Arquivo Histórico da Fundação ROMI -Santa Bárbara d'Oeste.

Santa Bárbara d'Oeste não foi uma cidade com produção significativa de café, sendo sua cultura principal a cana-de-açúcar, transformada em açúcar e em aguardente. Localizada na região de Campinas, a cidade não contou com a força de grandes agricultores de café para ligá-la ao complexo cafeeiro. Foi o complexo cafeeiro que se projetou, por meio da ferrovia, em Santa Bárbara. Inaugurado em 1873, o ramal da Companhia Paulista, através do trem ferroviário, ligou a cidade a Campinas, São Paulo, Rio Claro, Santos, Jundiaí; logo depois a Piracicaba e Nova Odessa. Assim, introduzida dentro do complexo cafeeiro, não poderia deixar de ser afetada pelos padrões que o caracterizava.

Ao privilegiarmos, em nossa reflexão, a administração municipal como principal condutora do processo de modernização urbana barbareense, estaremos nos centrando na figura de José Gabriel de Oliveira e Souza, pois naquele momento, era ele quem monopolizava o poder da administração pública local.

A política barbareense contava com representantes de dois partidos: o Partido Republicano Histórico (P.R.H.) e o Partido Republicano Governista (P.R.G.), ambos lutando pelo controle político local e ligados ao Partido Republicano Paulista. Fundado em 1886, o P.R.H. de Santa Bárbara detinha o controle político sendo que seus maiores representantes eram os membros da família Oliveira, participantes do mandonismo local.

José Gabriel de Oliveira e Souza, líder reconhecido da família Oliveira, da elite local, e fundador do P.R.H., acabou ocupando um lugar de destaque ao tomar a dianteira dos atos que se referiam à administração pública do município. Exerceu

grande influência, sendo vereador, juiz de paz, presidente da Câmara, intendente e, posteriormente, prefeito. José Gabriel despontou no cenário político barbarenses na década de 80 do século XIX, e somente na década de 30 do século XX, foi que o abandonou.

A escolha da década de 1890, para o início da análise, não é aleatória. É a partir deste período que José Gabriel é mais presente no cenário político barbarenses. A cidade, desde 1885, vinha sofrendo, de forma lenta, melhorias urbanas, porém, nota-se que a partir da data por nós escolhida uma considerável intensificação no processo de urbanização aconteceu. Portanto, há essa coincidência: a latente presença de José Gabriel no cenário político e na administração pública concomitante à intensificação da urbanização.

Já 1918, momento escolhido como mais adequado para o encerramento da análise, justifica-se por notarmos um fortalecimento, na política local, da presença de imigrantes italianos, mais notadamente com a família Cillo. Neste momento, José Gabriel, apesar de permanecer na administração pública barbarenses até a década de 1930, tem sua influência política fortemente questionada e, conseqüentemente, enfraquecida. Isso não significa que o processo de modernização urbana sofrera estancamento, mas como escolhemos analisar a ação de José Gabriel como condutor da modernidade urbana de Santa Bárbara, o momento do declínio de sua atuação fecha o recorte de nosso trabalho.

A análise da intrínseca atuação de José Gabriel no processo de modernização e transformação do espaço urbano barbarenses acorda com uma imagem sua que foi construída como a de um coronel tradicional. Este coronel é por nós compreendido como uma *persona* que se utilizando de suas máscaras na teatralidade cotidiana encena vários papéis: representante da elite local, chefe político, comerciante (Jornal *O Barbarenses*, 07/10/1916), benemérito e agente modernizador. Sua ação dentro do organismo urbano foi mediada pela representação destes papéis. De acordo com Maffesoli (1987, p.7), na 'persona' harmoniza-se uma variedade de características, onde as "máscaras mutáveis" são utilizadas para reforçar sua voz na encenação.

O fato deste personagem ter ocupado cargos públicos não o impedia de atuar de acordo com seus interesses particulares. A promoção das obras públicas que se realizou sob seu comando estão ligadas a seus interesses privados de forma que a modernização urbana de Santa Bárbara tenha se caracterizado como fruto do confronto entre os interesses das esferas do público e do privado associando-a com a ambigüidade expressa por Berman (1986, p. 73): uma nova síntese entre o poder público e o poder privado que simboliza a união do predador e executor privado das obras sujas, Mefistófeles, e Fausto, o administrador público que dirige todos os trabalhos.

A fundação da Casa de Saúde de Santa Bárbara foi exemplo desta dinâmica. Durante a atuação de José Gabriel como administrador público a Casa de Saúde

foi construída e, no entanto, usada para manipulações políticas. "Eu não posso votar contra a política do coronel, porque quando deu as febres lá no bairro nós precisamos de socorro, de quinino, e o coronel nos disse que se deichassemos (sic) de votar tínhamos que pagar tudo para a Câmara" (Jornal A Verdade, 22/10/1916- trecho de um depoimento que um italiano chamado Zancan prestou ao jornal).

A declaração descrita acima, feita por um morador da cidade a um jornal local, é testemunho de como José Gabriel usava de suas realizações como administrador municipal para manipular os eleitores locais e transformar os resultados dos pleitos de acordo com sua vontade particular.

Um outro exemplo a ser citado é o caso do Grupo Escolar que também foi construído sob sua administração mas que, assim como a Casa de Saúde, era tomado como mais um meio promotor de realizações privadas. Era comum que os professores ligados à política coronelística local pressionassem os pais dos alunos para que estes apoiassem todas as suas atitudes políticas.

Os jornais locais que faziam oposição à administração de José Gabriel, periodicamente, conseguiam que pais de alunos que estudavam no Grupo Escolar, e que se sentiam coagidos de alguma forma, dessem depoimentos de maneira a concretizar publicamente suas reclamações.

Apesar dos depoimentos deixarem a impressão de que as atitudes de José Gabriel fossem 'rispidamente coercitivas', não podemos acreditar piamente nesta hipótese. De certa forma, a população reconhecia a autoridade do 'coronel'(Faoro, 2000) José Gabriel. No momento em que o poder público não atendia as necessidades populares, o coronel vestia a 'máscara' de protetor e benfeitor, o que lhe rendia o prestígio político necessário para a realização de suas vontades.

Esses casos explicitados são demonstrações das relações complexas existentes entre as esferas pública e privada, na Primeira República. Homens públicos como José Gabriel investiam em obras públicas, atendendo às necessidades locais e ao mesmo tempo tiravam proveito realizando seus interesses privados: o progresso material da localidade possibilitava-lhes prestígio político e um conseqüente controle social sobre a população local.

Essa dinâmica pode ser compreendida ao pensarmos que durante a Primeira República, quadro político que marcou a ascensão política de José Gabriel, a dificuldade de se identificar com clareza os domínios da administração pública dos interesses privados era latente.

Essa dificuldade pode ser explicada por uma relação de interpenetração entre as esferas pública e privada e pela definição que o Estado brasileiro assume quando este deixa de ser um Estado-tutelar para ser um Estado-instrumento (Pereira, 1999).

Hannah Arendt (1995) caracteriza o Estado Nacional como produto tanto

da ascensão da sociedade, como de uma preocupação privada que se tornava pública: a proteção para o acúmulo de riquezas, ou de uma forma mais específica, a emergência de um público de proprietários ascendendo a uma esfera pública e exigindo desta a proteção da propriedade. Desta forma conformou-se a base da plutocracia no Brasil, onde é dominante a confusão entre o público e o privado.

O Estado, no Brasil da Primeira República, tomou também características contraditórias quando o poder foi tomado. Uma classe de proprietários, que tomou "feições burguesas", constituiu uma esfera pública que transformou a administração pública em instrumento a serviço de seus interesses.

Essa esfera pública no Brasil teria surgido com a consolidação de uma plutocracia formada por proprietários de terras que, antes da República, teria se solidificado como esfera política, comparativamente ao esquema proposto por Habermas (1984) em sua obra sobre a transformação da esfera pública, quando tratou destas fases de transformação.

O autor analisa a consolidação de uma esfera pública constituída por um "público burguês de pessoas privadas" que se torna politicamente ativa através de um "fórum de debates" onde a autoridade do estado e suas atitudes podiam ser questionadas.

Com o passar do tempo, fatores econômicos e políticos permitiram que transformações ocorressem nesta emergente esfera pública, de uma maneira que seu potencial original fosse quase anulado, a ponto de fazer emergir um mundo de fraudes e de manipulações.

O que era antes formado por um princípio crítico contra o poder estabelecido, se transforma num instrumento de interesses preestabelecidos. Com isto, vai surgindo um modelo que permite que a burguesia se efetive no poder, e que se difunde, tomando suas especificidades no caso do Brasil.

Aqui, uma plutocracia assumirá feições onde suas ações serão coordenadas de maneira que elevem o interesse privado e econômico ao político, transformando o Estado. Essa situação demonstrará a confusão entre o que é público e os interesses privados, durante a Primeira República.

Esse modelo de esfera pública estendeu-se até Santa Bárbara, e os políticos locais utilizaram-se das ruas, da Câmara, das praças., para promoverem suas comunicações públicas e seus debates políticos.

Como já dissemos, a busca por tudo que significasse moderno se acelerou no período da Primeira República. No interior paulistano a cidade de Santa Bárbara representou um aspecto da modernização brasileira.

A administração municipal, desde os primeiros anos de 1890 firmou pé no seu propósito de impulsionar melhoramentos na cidade como abertura, alinhamento, calçamento e arborização de ruas; ajardinamento de praças; a instalação dos serviços de iluminação à luz elétrica; a construção da Câmara e cadeia, a construção do Teatro, do Grupo Escolar, da Igreja Matriz...

A modernização em Santa Bárbara se configurou de acordo com um processo de intervenção urbanística, que foi aprofundado na República, que consolidou algumas formas de intervenções do Estado: um "Estado jardineiro"¹ que encontrou forças no pensamento moderno que lutava por um projeto civilizador- no sentido entendido por Norbert Elias (1994): um constante moldar e disciplinar de hábitos e comportamentos que alcança desde as pequenas normas, atitudes e etiquetas, até a normatização e coerção que garantem o controle do Estado e do poder- que priorizasse a execução da ordem e do progresso sobre o espaço da cidade.

A ocorrência de freqüentes e devastadoras epidemias em várias localidades do Estado colaborou para que as intervenções urbanísticas acontecidas em Santa Bárbara estivessem intimamente ligadas à necessidade de controle da ordem (e da vida da população) urbana, construídos a partir da apropriação da experiência européia no Brasil, sem esquecer que as transferências de modelos são indissociáveis das condições de possibilidades ligadas às práticas locais que as transformam (Salgueiro, 2001, p.167).

A constante preocupação de José Gabriel em combater as doenças epidemiológicas que assaltavam a região de Campinas, região que abriga Santa Bárbara, transformou suas realizações e reformas no urbano em um empreendimento respaldado por uma ciência e uma medicina preocupadas em considerar o 'sertão' como metáfora de um Brasil cheio de patologias onde só a higiene é apontada como conhecimento e conjunto de práticas capazes de fazer a mediação entre o estado de caos- o estado natural- e a civilização (Lanna, 1996).

A aspiração pela modernidade- já que esta trazia a crença em uma sociedade ordeira e harmoniosa (Bauman, 1999) - que se espalhava pela sociedade barbarenses racionalizou as práticas higienistas, e também as filantrópicas, num esforço em encerrar os sofrimentos humanos, já que a fragilidade e a pobreza não combinavam com a imagem de civilidade e altivez que ansiosamente se buscava. Portanto, cabia à municipalidade atender os desvalidos e os doentes infecciosos, contando com o auxílio da iniciativa privada e regular a assistência com a disciplinarização moral e social.

Às entidades voltadas para o confinamento das pessoas impunha-se a tarefa de esquivar da circulação das ruas os mendigos, os pedintes, os loucos, os marginais pois com seus comportamentos vistos como perigosamente desviantes, abalavam as bases de uma modernidade desejada que se tentava impor. Segundo Sennet (1997), a modernização do espaço urbano, aquela que foi orientada por uma sociedade que se guiava pelo capitalismo, implicou em confinamentos

¹ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 1999. Bauman usa o termo 'Estado jardineiro' para definir metaforicamente algumas funções do Estado moderno que emerge com a ambição da 'jardinagem': colocar a ordem e eliminar as 'ervas daninhas' que não se encaixassem em seu projeto homogeneizador. Para isso, esse Estado jardineiro vai utilizar todas as realizações e conquistas que a modernidade proporcionou: a ordem como questão de projeto, o desenvolvimento científico e tecnológico, e uma medicina com ambições de 'engenharia social'.

compulsórios predominando, nos bastidores da filantropia, objetivos racionais e práticos. Neste sentido, atenção especial era dedicada aos doentes infecciosos e pedintes, com seus corpos 'chocantes'. Com o 'aburguesamento' das relações sociais a própria sensibilidade assumia outra face e tanto a pobreza como a doença passavam a causar apreensão na 'cidade sã'.

Lembrando o Rio de Janeiro, com a reforma urbana de Passos que foi orientada por um projeto e uma imagem de modernidade baseados em um modelo externo que trouxe, em si, a aceitação implícita da exclusão, da mesma forma em Santa Bárbara, exemplo da conjugação entre o discurso médico e a orientação autoritária do rumo histórico da modernidade brasileira (Vecchi, 1998, p.115), a criação da Casa de Isolamento de Santa Bárbara, em local bem distante do centro urbano e que tinha como função abrigar corpos doentes de impaludismo, varíola e febre amarela, mostrou que a preocupação com a saúde do corpo social barbarensense, bem como o do carioca, passou pela higienização dos papéis sociais.

Ao examinar a biografia do Tenente Coronel José Gabriel nota-se que uma imagem de grande benemérito foi criada ao redor de sua figura (Crivelari, s/d) e que tal fato se deve ao caráter social de seus empreendimentos. Como administrador do que era para o "bem coletivo", em muitas situações era tido, por parte da população local, como homem zeloso. Bem como a Casa de Saúde, dita em páginas anteriores, a de Isolamento era tida como objeto nascido de sua filantropia; era freqüente os jornais locais anunciarem festas apoiadas ou por ele organizadas (Jornal *O Barbarense*, 06.01.1904), que possuíam caráter beneficente. Arrecadar dinheiro e usar parte da renda para a constituição de instituições asilares fazia parte da vida pública de José Gabriel.

Porém, José Gabriel era um grande ator político, e o seu caráter de benemérito era mais uma máscara constituída como uma forma de ocultar seu mandonismo. Lembrando Balandier, ele

" não saberia governar mostrando o poder desnudo (como está o Rei no conto) e a sociedade em uma transparência reveladora. Tomemos pois o risco de uma fórmula; a aceitação resulta em grande parte das ilusões da ótica social. O grande ator político comanda o real através do imaginário". (1982, p.6).

No cerne do processo civilizador que estava sendo promovido, o olhar das posturas municipais, neste caso um olhar guiado pelas idéias do coronel José Gabriel e pela elite barbarensense, deteve-se, sem dúvida, nos espaços públicos bem como nos privados. Nestes espaços uma série de situações propiciavam a violentação do que era entendido como decoro, higiene, silêncio, justiça e convívio social. Lembrando Hannah Arendt, a relação e diluição das noções de público e privado no mundo moderno pode explicar melhor a ampliação da esfera do poder dos coronéis republicanos:

"No mundo moderno, as esferas social e política diferem muitomenos entre si... a ascendência da sociedade, isto é, a elevação do lar doméstico ou das atividades econômicas ao nível público, a administração doméstica e todas as questões pertinentes a esfera privada da família transformaram-se em interesse coletivo. No mundo moderno, as duas esferas recaem uma sobre a outra" (1995, p.338).

Nesse encaço, em Santa Bárbara, desde 1894, dois anos após a entrada de José Gabriel na administração pública municipal, naquele momento como vereador, muitas leis que possuíam um claro caráter invasor e saneador-excludente, foram instituídas. Juntamente com a vacina obrigatória, ocorrida em 1895, as invasões nas casas para a promoção das defumações, a interdição e até a condenação de casas e edifícios que houvessem abrigado doentes ocorreram.

Proibiu-se, ainda, sob pena de multa, as construções de casas de meia água, e bem assim as cobertas de sapé e capim, dentro dos limites da cidade; criaram impostos prediais que obrigavam que construções e terrenos fossem murados e que passeios calçados de tijolos ou lajes (*Ata da Câmara Municipal de Santa Bárbara*, sessão de 27/01/1905) fossem construídos.

A Câmara Municipal de Santa Bárbara, pela Lei nº13 (*Ata da Câmara Municipal de Santa Bárbara*, sessão de 05/08/1894), exigia que a frente dos prédios que possuíssem aspectos "desolados" fossem imediatamente reconstruídos impondo que pena para os que infringissem a lei fosse de 30\$000(trinta mil réis) por cada vez que fosse intimado.

Em nome do progresso e seguindo o lema destruição/construção, característico da modernidade dos séculos XIX e XX, como atestou Marsall Beman (1986, p.29) , ruas foram abertas/alargadas, tratadas como 'coisas' abstratas destinadas a atender ao fluxo da compra e venda.



Figura 2-Trecho da Rua D. Margarida com a Floriano Peixoto-(1920?). As ruas barbarenses, como afirmamos acima, às custas das desapropriações e exclusões, já vinham sendo alargadas e retificadas desde 1885. Fonte: Arquivo Histórico da Fundação ROMI - Santa Bárbara d'Oeste.

Já que o desenho urbano ia se tornando cada vez mais difícil de se decifrar, de tantas demolições, reconstruções, superposições... ao elemento humano que se percebia cada vez mais desenraizado e com um sentimento de 'despertencer' cada vez mais àquele espaço que constantemente se recriava, restava-lhe apoiar-se nas manifestações culturais da tradição (Gomes, 1994) já que esta- diferentemente da modernidade que é um 'constante avançar' sem referências fixas- *impõe a consciência de uma permanência sob a superfície dos acontecimentos, uma sensação reconfortante de continuidade ao longo das sucessivas metamorfoses* (Balandier, 1997). No entanto, a modernidade é mesmo implacável e nasceu rompendo com a ordem de todas as coisas e amaldiçoando suas heranças e passado, fazendo tábula rasa de todos os seus legados (Carvalho, 1996/7, p. 126).

Renato Cordeiro Gomes, ao questionar o pensamento de alguns intelectuais modernos analisa uma crônica de Olavo Bilac² que traduz a adesão do autor a um Rio de Janeiro civilizado. Bilac traz o progresso e a modernidade para o centro da cena, ao louvar o Rio como cenário de mudanças, portador da Avenida Central como símbolo da fruição, do novo e da regeneração. Para ele, a cidade carioca não é mais lugar para o incivilizado, para o atraso, e para manifestações bárbaras como a festa popular da Penha, tema central de sua crônica. Fazendo um paralelo com Santa Bárbara, em 1907, José Gabriel, atendendo a pedidos de uma elite barbarensense que já não conseguia mais conviver com 'as manifestações grotescas de gente diminuta', criou um projeto de lei que proibia as "*danças, cantorias denominadas batuques, racha-péz (sic) e samba sem a respectiva licença do Intendente*", sob pena de multa de 10\$000 (dez mil réis). (*Ata da Câmara Municipal de Santa Bárbara, sessão de 05/02/1907*).

Sob a ótica que se organiza o texto de Bilac e as proibições das danças e cantorias em Santa Bárbara, percebemos que a modernidade foi mesmo uma cruzada cultural, possuidora de um ímpeto extirpador e ignorador das várias possibilidades de manifestações culturais, de valores, estilos de vida, costumes, linguagens, crenças e comportamentos públicos (Bauman, 1998).

As idéias contidas na concepção de modernidade que Santa Bárbara absorve não acontece só na reorganização do espaço físico; as relações complexas do viver citadino também alcançaram a fabricação de símbolos que valorizassem a vida cultural e o lazer barbarensense.

Peças teatrais, que desde tempos anteriores apresentavam textos quase sempre de cunho religioso, eram encenadas por grupos amadores locais, compostos

² A crônica de Bilac, publicada pela Revista Kosmos em 10/1909, transcrita por Renato C. Gomes, traduz claramente o desejo de excluir, dos novos logradouros públicos, aqueles que não soubessem se comportar dentro dos novos padrões de civilidade: "*Num dos últimos domingos, vai passar pela Avenida Central um carroção atulhado de romeiros da Penha; e naquele boulevard esplêndido, sobre o asfalto polido, entre as fachadas ricas dos prédios altos, entre as carruagens e os automóveis que desfilavam, o encontro do velho veículo, em que seus devotos urravam, me deu a impressão de um monstruoso anacronismo; era a ressurreição da barba-ria- era a idade selvagem que voltava, como uma alma do outro mundo, vindo perturbar e envergonhar a vida da cidade civilizada*". GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade**: literatura e experiência urbana. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 107-108.

por José Gabriel, que ocupava o cargo de diretor, e membros da sociedade barbarenses. Porém, já no fim do XIX, o teatro municipal apresentava peças de companhias teatrais e musicais vindas dos mais diferentes locais.

A *Companhia Carrara* estreou num prédio totalmente novo. Fachadas, ornamentos e decorações cuidados por profissionais gabaritados vindos de São Paulo davam o tom elegante à festa anunciada. A estréia, que foi dedicada a homenagear José Gabriel (Jornal *O Barbarense*, 17/02/1901), contou com uma pequena multidão disposta a pagar 3\$000(três mil réis) para fazer parte daquele 'baile de máscaras'.

Muitos enredos foram encenados: "Apanhei-te Cavaquinho", "Amor e Honra", "A Experiência..."

O teatro se tornava um local produtor de símbolos significativos de estados de civilização. Era 'chic', nobre e 'ambiente adequado' para uma platéia que procurava aprender hábitos civilizados. A importância do teatro não se resumia em trazer fantasias e sonhos para o deleite da elite, era também importante porque como palco que era, era ambiente para a 'fina sociedade barbarenses' tornar manifesta a sua realidade e procurar 'seus reflexos complacentes'.

Era local de ostentação onde uma dama podia exibir as suas chitas e casimiras francesas que foram adquiridas nas casas comerciais do Largo da Matriz (Jornal *O Barbarense*, 29/08/1900), apresentar enfim, a 'nova identidade' sua que fora construída através da mediação das 'plumas e paetês', aqueles mesmos 'trajes' que foram comprados no comércio do Largo da Matriz e que possuíam a aparente missão de somente cobrir-lhe o corpo.

Tempos depois da chegada da Companhia teatral na cidade é a vez do *cinéographe*. Suas fotografias em movimento extasiavam o olhar do distinto público que esperava ansioso para admirar a anunciada última maravilha do século. Os filmes "A Grande exposição de Paris", "O Palácio das Nações Europeias", "O Champ de Mars", "O Boulevard Parisiense", "A grande Avenida", "O Gabinete Mephistophélico", "Escravo de uma Paixão", estrelado pela 'bela e famosa atriz franceza Theda Bara' enchem o olhar de um público que ansiava por conhecer a última façanha moderna.

José Gabriel, assim como outros muitos coronéis deste período, imaginava-se agente civilizador. Promover empreendimentos que a 'fina sociedade' considerasse marco separador da 'barbárie' era também seu papel, mesmo sendo a 'selvageria bárbara' não apenas passível de ser habitual nas classes julgadas como inferiores, porém capaz de permanecer às escondidas na alma de qualquer homem, inclusive na daquele que demonstra polimento (Starobinski, 2001).

A análise do processo de modernização urbana de Santa Bárbara e da importância da figura de José Gabriel nessa dinâmica integra uma proposta mais ampla que resultará em dissertação de Mestrado. A proposta desse texto foi tentar entender como José Gabriel atuou na modernização urbana de Santa Bárbara de

1892 a 1918. Percebemos que José Gabriel, como muitos administradores urbanos dos tempos modernos, imaginou o espaço citadino como *locus* do civilizado e do progresso, e para que isso se materializasse atuou como uma 'ponte' entre o 'arcaico' e o moderno e lutou para dotar a cidade de empreendimentos que isso simbolizasse.

Cidade pertencente a uma região que sofrera grandes reveses por causa de seguidas epidemias, acontecidas durante a segunda metade do século dezenove e início do vinte, Santa Bárbara foi exemplo de um projeto civilizador que esperava encontrar na ciência e medicina sanitaristas, naquele momento grandemente valorizadas pelo pensamento moderno, respostas quando travava lutas pela domesticação de seus 'sertões' dominados por patologias.

Um embate entre o arcaico e moderno, entre o natural inconvilizado e o agente civilizador foi travado. Inventou-se vacinas, demolições, reconstruções, instituições asilares, orfanatos, todo um conjunto de medidas que se moveu em torno de uma prática visando a busca da urbanidade e controle social.

Inserido num mundo moderno e sendo 'um homem moderno', José Gabriel não estava em ser um 'jardineiro'. Classificou, praticou a operação inclusão/exclusão e mesmo assim não conseguiu 'cortar o mal pela raiz'. Os excluídos, os ambivalentes, nesse processo, não cansaram de 'semear-se', e seus lamentos e reclamos ecoaram por todos os cantos da cidade. Das longínquas instituições asilares, das casas de confinamento, orfanatos, periferias, eles multiplicavam-se, já que a jornada classificatória não cessava, gerando mais e mais ambigüidade.

Referências bibliográficas.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. São Paulo: Forense Universitária, 1995.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

_____. Georges. **A desordem: elogio do movimento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 1999.

_____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**. São Paulo; ED.UnB, 1994.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Sérgio Lage. A saturação do olhar e a vertigem dos sentidos. **Revista Usp**. São Paulo, dez/fev 1996-7, no. 32, p.126-155.

- CRIVELARI, José Maria (coord). **Edição histórica**: Santa Bárbara d'Oeste. São Paulo: Focus Ltda. (Comemoração do centenário da cidade).
- ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato brasileiro. Vol.2. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.
- GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade**: literatura e experiência urbana. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A cidade controlada**: Santos 1870-1913. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e PECHMAN, Robert. **Cidade, povo e nação**. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- MAFFESOLI, Michel. **O Tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- NEEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- PEREIRA, Robson Mendonça. **O municipalismo em Washington Luís em sua atuação em Batatais (1893-1900)**: aspectos da modernização urbana no interior paulista na República Velha. Franca, 1999. Dissertação (Mestrado em História)- Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP.
- REIS FILHO, N.G. Algumas experiências urbanísticas do início da república: 1890-1920. **Cadernos de Pesquisa do Lap**, v.1, 1994.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Transferências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e PECHMAN, Robert. **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de belo Horizonte: das representações às práticas. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). **Cidades capitais do século XIX**: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelo. São Paulo: Ed. USP, 2001.
- _____ e CARDOSO, Aduauto Lúcio. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, PECHMAN, Robert. **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- SENNETT, Richard. **Carne e pedra**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2ª. ed., 1985
- STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- VARGAS, Claudia Regina. **As várias faces da cidade**: Bento de Abreu e a modernização de Araraquara (1908-1916). Franca, 2000. Dissertação (Mestrado

em História)- Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP.

VECCHI, Roberto. Seja moderno, seja brutal: a loucura como profecia da história em Lima Barreto. In: HARDMAN, Francisco Foot (Org). **Morte e progresso:** cultura brasileira como apagamento de rastros. São Paulo: UNESP,1998.

Fontes:

Periódicos de Santa Bárbara d'Oeste

A Verdade- 22/10/1916.

O Barbarense- 29/08/1900.

O Barbarense- 06.01.1904

O Barbarense - 07.10.1916.

Atas da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

Ata da Câmara municipal - Sessão de 05/08/1894.

Ata da Câmara Municipal - Sessão de 27/01/1905.

Ata da Câmara Municipal - Sessão de 05.02.1907.